

# Trajetórias e destinos profissionais de sociólogos(as) no Brasil

Camila Ferreira da Silva

Rodrigo de Macedo Lopes

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; MATIAS FILHO, Manoel (Org.). *O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos*. Vitória, ES: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. 316 p.

A obra *O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos*, organizada por Adelia Miglievich-Ribeiro e Manoel Matias Filho e publicada pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes) em 2019, representa uma recentralização do debate em torno da profissão de sociólogo(a) no Brasil. Os movimentos de expansão experimentados não só pelos cursos de graduação em Ciências Sociais e em Sociologia, mas também pelos programas de pós-graduação da área, não são, necessariamente, proporcionais ao reconhecimento e à valorização social dos(as) sociólogos(as), conforme afirma Amurabi Oliveira no prefácio desta obra. Por isso, objetivar o espaço destinado a esses profissionais é tarefa imprescindível, no sentido de compreender avanços, retrocessos e possibilidades de luta no cenário atual.

O livro é dividido em duas partes: na primeira, pode-se encontrar a discussão sobre a atividade profissional técnica e pedagógica dos(as) sociólogos(as) no país nas últimas décadas; na segunda, encontra-se um registro histórico e documental dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, das associações de classe e entidades profissionais da área de Sociologia e, ainda, da legislação que dispõe sobre a profissão de sociólogo(a) no Brasil. Registra-se ainda a presença de distintas gerações de sociólogos(as), formados(as) desde o final da década de 1970 até a década de 2010. Essa amplitude temporal traz para o debate uma diversidade de contextos que marcam os capítulos da obra, possibilitando ao leitor uma perspectiva longitudinal capaz de atualizar a discussão em torno da profissão de sociólogo(a), a partir de diferentes experiências e investigações.

O subtítulo do livro – *um balanço de trinta anos* – fornece pistas acerca dos marcos temporais sobre os quais os autores se debruçam nos capítulos. Não à toa, o texto que abre a obra traz uma reflexão interessante sobre a dessacralização da Sociologia nos anos 1990. Nesse capítulo de Adelia Miglievich-Ribeiro, intitulado “Os anos 1990 e a sociologia como profissão: desafios renitentes”, o mote da discussão centra-se na estigmatização de empregos não acadêmicos e na vocação à alta cultura que os(as) sociólogos(as) nutriam, de maneira tácita, em sua formação.

O pano de fundo da formação dos(as) sociólogos(as) na década de 1990 é composto por diferentes forças que atualizavam a demanda e a atuação desses sujeitos. Alguns elementos, como a eleição de um presidente que era sociólogo, a demanda por modernização da sociedade brasileira e a corrente atuação nos movimentos sociais, corroboravam a imagem que se tinha do sociólogo como um profissional responsável por estruturar esse processo de modernização.

Nessa esteira, temos no segundo capítulo, “As condições de trabalho dos sociólogos gaúchos”, de Salvatore Santagada, uma espécie de convergência com relação a esse debate sobre o mercado profissional para o(a) sociólogo(a), principalmente em posições profissionais não acadêmicas; o sul do Brasil serve, nesse caso, de cenário. Destaca-se em ambos os artigos a discussão sobre o não reconhecimento da profissão pela sociedade em geral como parte do problema da inserção do(a) sociólogo(a) no mercado de trabalho não acadêmico. Além disso, é importante salientar que, de alguma maneira, os capítulos abordam questões relacionadas à [falta de] interação entre o mundo acadêmico e o mundo profissional e ao fato de a profissão se encontrar em construção.

O primeiro capítulo do livro já tocara no tema das entidades de classe, mas esse objeto ganha centralidade no terceiro capítulo, “A sociologia, a organização e as principais lutas dos sociólogos do Rio Grande do Sul”, no qual Aurea T. Tomatis Petersen aprofunda um pouco mais a discussão sobre a criação de entidades de classe, com especial atenção para a Associação Gaúcha dos Sociólogos e sua atuação nos anos de chumbo da ditadura militar. Uma das bandeiras dessa associação entre 1970 e 1990, que merece destaque, é exatamente a luta em torno da introdução da Sociologia como disciplina para o ensino médio, o que acaba servindo como ponte para os próximos capítulos.

No capítulo 4, “A profissão de professor de sociologia: reflexões sobre a condição profissional no Rio Grande do Sul”, a análise proposta por Thiago Ingrassia Pereira, ainda que continue incidindo sobre o tema do mercado de trabalho para o(a) sociólogo(a), recai mais acertadamente sobre a atuação do professor dessa disciplina. O autor traça um perfil do mercado de trabalho para o professor que atua na área de Sociologia na escola de educação básica. Além disso, compartilha com o capítulo 1 o debate sobre a dicotomia entre licenciatura e bacharelado.

No quinto capítulo, “Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia e os desafios para a formação do professor de sociologia”, Tânia Elias Magno da Silva apresenta uma multiplicidade de questões sobre formação, conteúdos, livros didáticos e carga horária da disciplina escolar, mostrando o quanto de reflexão ainda se necessita na área de formação de professores de Sociologia. O capítulo seguinte,

“Formação de professores para o ensino de sociologia na escola básica”, assinado por Elisabeth da Fonseca Guimarães, também trata da formação de professores em Sociologia. Nesse caso, o texto segue uma linha mais propositiva e aponta caminhos que passam pela mudança de sentido que a formação docente possui, tanto para os professores dos cursos de Ciências Sociais quanto para os estudantes, futuros docentes.

Confirmando que a docência no ensino médio constituiu, nos últimos anos, um dos principais espaços de atuação de sociólogos(as) no país, os capítulos seguintes também incidem sobre essa temática. Alexandre Fernandes Corrêa e Natália Pereira Lima, no capítulo “Sociologia no ensino médio no Maranhão: reflexões sobre a transmissão da cultura sociológica para jovens”, tratam do pioneirismo do Maranhão no sentido da figuração da Sociologia no ensino médio e de seu papel na formação e escolarização da juventude, ante os desafios de consolidar sua presença no currículo escolar desse estado. Lígia Wilhelms Eras, no capítulo intitulado “Entre teorias e práticas de ensino na formação de professores: trajetórias do campo da pedagogia e do ensino de ciências sociais/sociologia na educação básica”, aborda a formação de professores de Sociologia por meio do hiato entre as teorias sociais, os cursos de licenciatura da área e o trabalho docente na escola.

Subvertendo a ordem linear de apresentação dos capítulos, interessa-nos indicar que o último capítulo da obra também aborda o ensino da disciplina na escola, e o papel dos(as) professores(as) ganha centralidade. Trata-se de “O ensino de sociologia na educação básica: sobre deuses pagãos, fetiches acadêmicos e o despertar de uma nova sociologia”, de autoria de Mauro Meirelles, Daniel Gustavo Mocelin e Leandro Raizer. Nesse capítulo, os autores se ocupam dos planos de ensino de jovens docentes de Sociologia da última etapa da educação básica, com o objetivo de interrogar os movimentos de transposição dos constructos acadêmicos para o cotidiano da sala de aula e utilizam alegorias de heróis para ilustrar as encruzilhadas que esses jovens professores enfrentam em seu ofício.

Fechando a primeira parte da obra, destacamos ainda dois capítulos que têm em comum a objetivação de papéis da Sociologia em dois campos sociais: o educacional e o político. Em “A sociologia na constituição do campo educacional brasileiro”, Marcelo Pinheiro Cigales propõe a seguinte chave de leitura da relação entre a Sociologia e o campo educacional brasileiro: o ideário de modernização da disciplina serviu de base para a constituição do campo educacional no país. A primeira metade do século 20 é, pois, analisada e, por meio daquele projeto modernizador que ganha corpo em 1930, o autor levanta um questionamento sobre o projeto de Sociologia, de sociologia escolar e de sociedade do qual estamos diante nos dias de hoje. Por fim, José Antonio Spinelli analisa artigos assinados por Francisco Correa Weffort, com vistas a assinalar a importância da Sociologia no debate público em um momento crucial da história do país. Trata-se do capítulo “Francisco Correa Weffort: populismo, sindicalismo, liberalismo (artigos críticos no jornal Opinião, 1972-1977)”, que ratifica o potencial dos posicionamentos dos cientistas sociais ante as questões nacionais.

Os 11 capítulos aqui brevemente apresentados são responsáveis por fazer emergir novas questões sobre o ofício de sociólogo(a), mas também por recentralizar

uma questão cara a sociólogos(as) brasileiros(as): a identidade profissional. Longe de uma identidade bem definida e amplamente reconhecida pela sociedade de modo geral, as limitações legais para o exercício da profissão, bem como a separação real e simbólica operada pelas distinções entre as formações bacharelesca e de licenciatura, têm sido determinantes para os destinos profissionais e a desvalorização social desses sujeitos.

A falta de unidade ou de aglutinação, denunciada em textos amplamente debatidos quando abordada a profissão de sociólogo(a) no Brasil (Durand, 1984; Schwartzman, 2009), ganha, na obra aqui resenhada, uma resposta à altura. A segunda parte do livro, intitulada "Formação e organização dos sociólogos", encarrega-se de mapear os espaços dos(as) sociólogos(as) no Brasil, conferindo materialidade ao título da obra. O leitor depara-se com um registro que combina memória das entidades de classe da área de Sociologia, posto que narra o processo de criação e desenvolvimento dessas entidades, com um compilado de documentos sobre legislação, cursos de graduação e pós-graduação, além dos projetos apresentados e em tramitação no Congresso Nacional, que têm como objeto a área de Ciências Sociais. Compreendemos, ademais, que a segunda parte do livro acaba servindo como uma fotografia do atual estado de organização dos(as) sociólogos(as) brasileiros(as), revelando a pujança e a consolidação da Sociologia brasileira em diferentes frentes de atuação.

O balanço de trinta anos que a obra realiza é revelador de avanços importantes, conforme assinalado nos seus 11 capítulos e na capacidade organizativa das entidades ligadas à Sociologia no país, bem como de uma perpetuação histórica da indefinição com relação ao espaço próprio dos profissionais da área. Uma das principais questões que o conjunto de textos que compõem este livro nos permite apreender diz respeito à complexificação da profissão e ao lócus da escola como importante espaço de atuação dos(as) sociólogos(as) brasileiros(as), o que deve se traduzir em objeto privilegiado para a literatura especializada, à qual tem se colocado a tarefa de pensar as trajetórias, as carreiras e as inserções profissionais dos egressos das Ciências Sociais e, mais particularmente, da Sociologia.

### Referências bibliográficas

---

DURAND, J. C. A mal assumida profissão de sociólogo. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 76-78, jul./set. 1984.

OLIVEIRA, A. Prefácio: um balanço mais que oportuno. In: MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; MATIAS FILHO, M. (Org.). *O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos*. Vitória, ES: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. p. 9-14.

SCHWARTZMAN, S. A sociologia como profissão pública no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, p. 271-279, maio/ago. 2009.

---

Camila Ferreira da Silva, doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Bolsa Erasmus Mundus da União Europeia, com pós-doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), professora permanente e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM).

ferreira.camilasilva@gmail.com

Rodrigo de Macedo Lopes, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é membro do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (GruPPAES/UFAL) e do Grupo de Estudos sobre Universidades (GEU/UFRGS).

rlopes9@gmail.com

Recebido em 31 de março de 2021

Aprovado em 7 de maio de 2021